

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.379.075 - DF (2018/0264627-6)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
AGRAVANTE : AGROPECUÁRIA VALE DO ARAGUAIA LTDA  
ADVOGADOS : MARCUS VINÍCIUS DE ALMEIDA RAMOS - DF009466  
CHRISTIANNE ROSELY BARBOSA MOTA RAMOS E  
OUTRO(S) - DF055125  
AGRAVADO : DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO  
FEDERAL  
PROCURADORES : MOACIR RODRIGUES XAVIER - DF025301  
GLADSON ROGÉRIO DE OLIVEIRA MIRANDA E  
OUTRO(S) - DF021614

### DECISÃO

*PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. LICENCIAMENTO DE VEÍCULO. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CÓDIGO FUX. AS RESTRIÇÕES JUDICIAIS IMPEDEM A CIRCULAÇÃO DOS VEÍCULOS. INVIABILIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA A QUE SE NEGA PROVIMENTO.*

1. Agrava-se de decisão que inadmitiu Recurso Especial interposto pela AGROPECUÁRIA VALE DO ARAGUAIA LTDA., com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça local, assim ementado:

*DIREITO ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE CONHECIMENTO. CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO - CRLV. EMISSÃO NEGADA. RESTRIÇÕES DE CIRCULAÇÃO REGISTRADA NO RENAJUD. SENTENÇA MANTIDA.*

1. *A restrição judicial da circulação impede "o registro da mudança da propriedade do veículo, um novo licenciamento no sistema RENAVAM e também a sua circulação em território nacional, autorizando o recolhimento do bem a depósito (art. 9º do Regulamento do RenaJud).*

2. *Apelação conhecida, mas não provida.*  
*Unânime (fls. 150/160).*

# Superior Tribunal de Justiça

2. Os Embargos de Declaração opostos foram rejeitados (fls. 171/178).

3. Inconformado, o recorrente alega violação do art. 1.022 do Código Fux, indicando suposta omissão no julgado recorrido, não obstante a oposição dos Aclaratórios. No mérito, aponta ofensa ao art. 131 do CTB, sob o argumento de que a restrição judicial lançada no sistema RenaJud não impede a emissão do CRLV, nem a circulação dos veículos.

4. Com contrarrazões (fls. 193/195), o Recurso foi inadmitido na origem (fls. 199/200).

5. É o breve relatório.

6. De início, incide o Enunciado Administrativo 3 do STJ, segundo o qual aos recursos interpostos com fundamento no Código Fux (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do Código Fux.

7. No mais, no que diz respeito à suposta ofensa ao art. 1.022 do Código Fux, observa-se que o Tribunal de origem, ao contrário do alegado, manifestou-se fundamentadamente a respeito de todas as questões postas à sua apreciação e, ao final, decidiu contrariamente aos interesses da parte recorrente, que buscou, com os Embargos de Declaração, a reapreciação do mérito da causa. Logo, em virtude da não ocorrência de omissão, contradição, obscuridade ou erro material não se verifica ofensa à regra ora invocada.

8. Ainda, o Tribunal de origem consignou, à luz dos fatos e provas da causa, que *as restrições judiciais impedem a própria circulação dos veículos, e não somente a transferência*. Ora, entendimento diverso, conforme pretendido, implicaria reexame do contexto fático-probatório dos autos, circunstância que redundaria na formação de novo juízo acerca dos fatos e provas, e não de valoração dos critérios jurídicos

# *Superior Tribunal de Justiça*

concernentes à utilização da prova e à formação da convicção, o que impede o seguimento do Recurso Especial.

9. Ante o exposto, nega-se provimento ao Agravo em Recurso Especial da Sociedade Empresária.

10. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
MINISTRO RELATOR

